

# PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA (FIC) EM ECONOMIA AMBIENTAL DO CAMPUS OURO PRETO

---

## SOCIO-ECONOMIC PROFILE OF STUDENTS FROM THE COURSE OF INITIAL AND CONTINUOUS EDUCATION IN ENVIRONMENTAL ECONOMY AT OURO PRETO CAMPUS

**Pedro Luiz Teixeira de Camargo**

Docente do IFMG - Campus Piumhi.  
[pedro.camargo@ifmg.edu.br](mailto:pedro.camargo@ifmg.edu.br)

**Diego Souza Rodrigues**

Técnico de Informática do CEAD do IFMG Campus Ouro Preto.  
[diego.rodrigues@ifmg.edu.br](mailto:diego.rodrigues@ifmg.edu.br)

**Raphaella Karla Portes Beserra**

Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia.  
[raphaella.udi@gmail.com](mailto:raphaella.udi@gmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho se propõe a refletir acerca do perfil socioeconômico dos alunos do curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Economia Ambiental realizado pelo CEAD-IFMG no Campus Ouro Preto ao longo do primeiro semestre de 2019, o primeiro FIC totalmente EaD do campus em questão. Entre os resultados encontrados, destaca-se o enorme grau de respondentes, 367 estudantes, dos quais foi possível notar que 63,8% são do sexo feminino; 43,1% estão entre 30 e 45 anos; 90,5% residentes em Minas Gerais; 50,1% apresentam renda de até três salários mínimos; 21,5% estão cursando graduação; e 77,4% não atuam na área de formação, mas pretendem atuar. Com esse resultado apresentado, pensa-se ser possível entender melhor o perfil dos estudantes do curso FIC em questão, podendo assim, contribuir para mais e melhores projetos de EaD para essa área, uma importante saída para atrair mais alunos neste contexto de contingenciamento econômico que a rede federal de ensino técnico hoje enfrenta.

Perfil socioeconômico dos estudantes do curso de formação inicial e continuada (FIC) em economia ambiental do Campus Ouro Preto

**PALAVRAS-CHAVE:**

Perfil socioeconômico; Ciências ambientais; Ensino a Distância (EaD).

**ABSTRACT**

*This paper aims to reflect on the socio-economic profile of students of the Initial and Continuing Education (FIC) course in Environmental Economics conducted by CEAD-IFMG at the Ouro Preto Campus during the first semester of 2019, the first FIC fully e-learning from this campus. Among the results found, it is noticeable the enormous amount of respondents, 367 students; where it was possible to notice that 63.8% are female; 43.1% are between 30 and 45 years old; 90.5% are resident in Minas Gerais; 50.1% have an income of up to three minimum wages; 21.5% are studying undergraduate and 77.4% do not work in the area but intend to work. With this result presented, it is thought that it is possible to better understand the profile of the students of the FIC referred course, thus being able to contribute to more and better e-learning projects in this area, an important way to attract more students to the institution in this context of economic contingency than the federal technical education network today faces.*

**KEYWORDS:**

*Socio-economic Profile; Environmental Sciences; E-Learning (EAD).*

## **INTRODUÇÃO**

Pesquisas com estudantes de um determinado curso são a melhor maneira de se identificar o perfil de seu corpo discente, prova disso são as mais variadas Universidades buscarem repensar sua formação a partir dos resultados de trabalhos desse tipo (CRUVINEL et al., 2013).

No caso dos cursos de graduação, Santos (1998) mostra que a universidade pública tem uma parcela significativa de jovens oriundos de baixa renda, sendo fundamental pensar nisto ao se realizar políticas de assistência estudantil, por exemplo.

Pensando-se nos Institutos Federais (IFs), estes juntamente com as demais Instituições de Ensino Superior (IES) passaram por uma grande reestruturação no início do século XXI, com o Programa de Apoio a Planos

de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) ocorrido em 2007, em que se pôde perceber o intenso crescimento de vagas, cursos e servidores pelo país afora.

Como reflexo de tal reestruturação, uma das mais importantes metas era exatamente incluir a parcela mais excluída da sociedade, pois mesmo com resultados como os de Santos (1998), a democratização do acesso à universidade pública ainda era muito pequena. Prova disso é a meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), anexo da Lei 13.005/2014, que estabelece:

Elevar a taxa bruta de matrículas na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Assim, além do REUNI, outra estratégia foi a criação dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) para aumentar o acesso da população às IES públicas de formação profissional, os IFs. Mas o que seriam esses cursos FIC? De acordo com a Lei 11.892/2008, em seu artigo 7º, temos como os seus objetivos: “[...] ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”.

Portanto, além do ingresso formal por intermédio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou do vestibular (em alguns poucos locais), temos também os cursos FIC como forma de entrada nos IFs públicos.

Entretanto, os cursos FIC apresentam diferentes objetivos dos cursos técnicos e de graduação que historicamente os IFs ofertam, em especial após a alteração que a Lei 11.741/2008 trouxe em relação à Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/1996) ao abranger “os cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional [...]”.

São objetivos dos cursos FIC, segundo o Parecer CNE/CEB 11/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, “atender às necessidades de

efetiva qualificação para o trabalho, sem as exigências de escolaridade predeterminada para a modalidade”.

Dessa forma, toda e qualquer iniciativa que tenha como meta melhorar a qualidade da mão de obra da classe trabalhadora de modo a incluí-la novamente no mundo do trabalho, pode ser pensada como curso FIC, em sua maioria presentes em seu catálogo nacional de cursos (PORTARIA MEC 12/2016) ou na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (PORTARIA 397/2002).

Tendo como base a ideia de que o diferencial do aprendizado do aluno perpassa pela capacidade do professor em estimular a sagacidade científica do discente (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP, 2001), pensou-se, portanto, em se ofertar o curso FIC em questão na modalidade Educação a Distância (EaD), sendo esse o primeiro curso FIC totalmente EaD do campus Ouro Preto.

Os motivos que levaram à escolha do EaD estão relacionados à facilidade de acesso, aumentando o rol de estudantes que poderiam realizar o curso, não ficando presos somente a estudantes das cidades no entorno do campus Ouro Preto. Partindo-se do pressuposto que EaD é sim um modelo de educação e que esta tem qualidade, bem como o modelo presencial (NASCIMENTO e CARNIELLI, 2007), que se realizou, portanto, o curso descrito.

Mesmo sabendo que o EaD provoca reações das mais variadas, que podem ir do exagerado apoio ao criticismo descabido (LÜCK, 2008), ou seja, a crítica pela crítica, ainda assim, manteve-se a ideia inicial, pois o objetivo principal do curso era incluir com qualidade.

Para terminar de garantir o curso, faltava definir o tema, que foi na área ambiental, escolhido por três motivos:

- O primeiro por estar em voga tal assunto, basta ver, por exemplo, o uso cada vez maior de técnicas sustentáveis, como no caso da estamperia por sublimação, que não utiliza água em seu processo produtivo de estampa para vestuário (LASCHUK, 2009).

- O segundo motivo foi a experiência do autor principal no tema (Economia Ambiental), em especial por este já ter dado aula da disciplina de mesmo nome no curso técnico de Controle Ambiental do próprio Centro Aberto de Educação a Distância (CEAD), ter trabalhado com isso em seu Mestrado e ser membro da direção da Sociedade de Estudos de Economia Ecológica (ECOECO).
- O terceiro, é o interesse da comunidade no assunto, confirmado depois pelo enorme número de inscritos, como será visto ao longo do artigo.

Portanto, com o tema, professor, interesse e modalidade definidos, passou-se para a última parte, que foi a construção do perfil do curso na plataforma do CEAD, passo esse que contou com auxílio fundamental do técnico de informática responsável pelo EaD no campus, também um dos autores do curso e do presente artigo.

Com base em tudo que foi exposto, buscar identificar as características da primeira turma de estudantes deste curso pode ser fundamental para se pensar nas suas futuras ofertas.

De acordo com Bolzan (1998), entender e melhor conhecer as características do corpo discente é fator chave para a construção de modelagens didáticas e pedagógicas capazes de contribuir para uma maior assimilação do conhecimento. Dessa forma, os resultados aqui descritos podem contribuir para embasar os caminhos da Instituição em futuros cursos similares ao ofertado.

## **OBJETIVO**

Apresentar o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados no curso de FIC em Economia Ambiental realizado pelo CEAD do IFMG do Campus Ouro Preto ao longo do primeiro semestre de 2019, quando se realizou a primeira oferta FIC totalmente EaD pelo campus em questão.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a realização desta pesquisa, que pode ser classificada como qualitativa de acordo com Goldenberg (2004, p. 32), a opção pelo uso do questionário do tipo Survey é o mais indicado para cadastramento de dados em um período pequeno de tempo. Assim, com o uso dessa técnica de coleta, pode-se afirmar que o problema pesquisado (mapear o perfil social dos estudantes), é favorecido pela investigação de diferentes dados coletados (CRESWELL, 2007), o que corrobora com a metodologia adotada. Destaca-se ainda que toda sua aplicação se deu de maneira virtual, com a participação voluntária dos alunos do curso.

O questionário aplicado foi constituído de seis questões, todas fechadas e com opções determinadas, sendo realizado ao longo do tempo do curso, no caso, o primeiro semestre de 2019. Como dito anteriormente, destaca-se que a escolha desse período de tempo se deu por ser esta a primeira oferta do curso no Campus em questão.

Apesar de Vieira (1984) destacar a dificuldade de pesquisas amostrais, quando se pensa no tamanho da amostragem, o caso em questão não sofreu com essa situação, haja vista que houve 332 respostas entre os 350 estudantes concluintes do curso, gerando um alto percentual de respondentes, no caso 94,8%.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Em relação ao sexo dos estudantes, a maioria dos alunos eram mulheres, sendo estas 63,8% dos estudantes, enquanto os homens eram apenas 36,2%, como é possível ser visto na Figura 1.

Esse é um resultado esperado, haja vista que a população brasileira é composta por 48,3% de homens e 51,7% de mulheres (IBGE, 2018a). Uma boa hipótese que pode ajudar a explicar isso é o número de mulheres escolarizadas (IBGE, 2018b), maior que a população masculina em todos os cenários, sendo estes<sup>1</sup>:

---

1. Pessoas de nível de ensino adequado à faixa etária (IBGE, 2018b).

- Ensino Superior: Mulheres – 33,9% X Homens – 27,7%
- Ensino Médio: Mulheres – 73,5% X Homens – 63,2%

Dessa forma, é bem possível que a participação feminina no curso tenha relação com a taxa de escolarização observada.

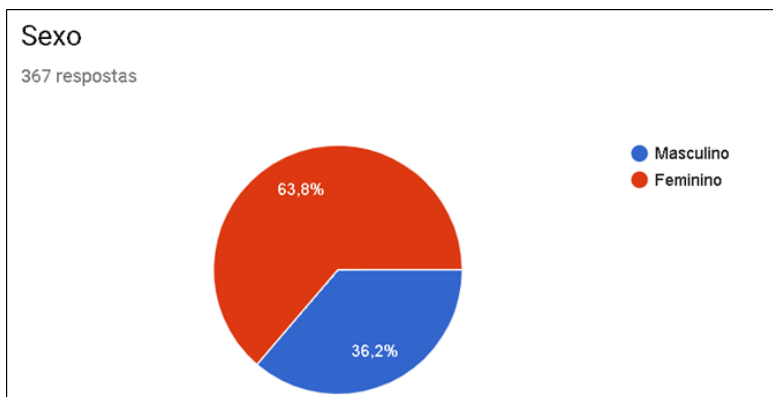


Figura 1: Gênero dos estudantes.

A segunda questão pedia que o estudante marcasse a sua idade em cinco diferentes intervalos. Os resultados observados, como pode ser visto na Figura 2, foram: 14 a 18 anos – 5,2%; 19 a 29 anos – 38,4%; 30 a 45 anos – 43,1%; 46 a 65 anos – 12,5%; e acima de 65 anos – 0,8%.

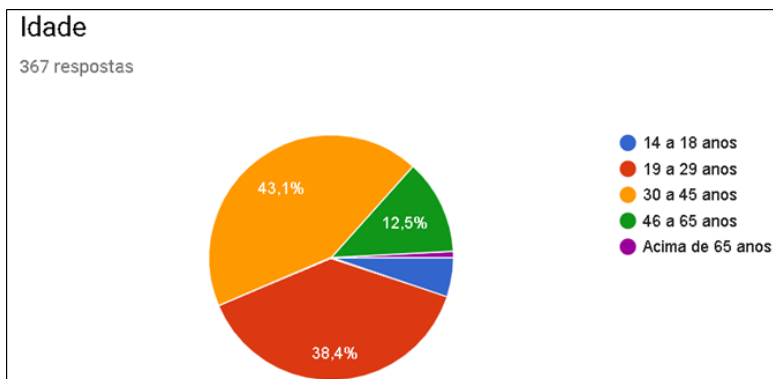


Figura 2: Idade dos estudantes.

## Perfil socioeconômico dos estudantes do curso de formação inicial e continuada (FIC) em economia ambiental do Campus Ouro Preto

Esse resultado corrobora com um dos objetivos dos cursos FIC, que é qualificar a mão de obra já presente no mercado de trabalho (Parecer CNE/CEB 11/2012), haja vista que a franca maioria dos que se propuseram a fazer o curso, 81,5%, possuem entre 19 e 45 anos, portanto estão dentro da faixa etária na qual se encaixa a maior parte da mão de obra do país (IBGE, 2020c).

O terceiro item questionado foi acerca do estado de origem do respondente. Como é possível observar na Figura 3, a franca maioria, 90,5%, são de Minas Gerais. Merece menção, o fato de 1,9% dos estudantes serem originários do Ceará e 1,6% de São Paulo, sendo estes o segundo e terceiro estados com mais estudantes.

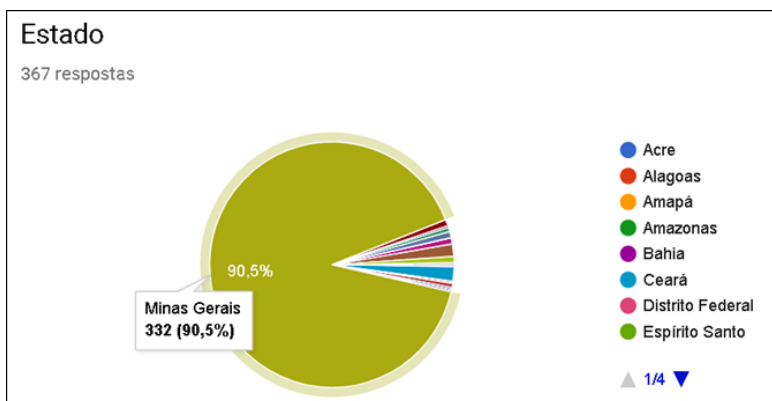


Figura 3: Estado da federação de origem dos estudantes.

Tantos cursistas mineiros é um resultado esperado, afinal de contas é onde se localiza a instituição em questão e onde os profissionais do curso atuam. Entretanto, causou extrema surpresa que houvessem estudantes cearenses, sem dúvida alguma esse foi um resultado inesperado.

Uma hipótese que ajuda a explicar a presença de alunos de locais tão diversos é a capacidade de comunicação nesses tempos cibernéticos juntamente com a facilidade de o curso ser totalmente EaD. Assim, graças às diversas ferramentas de divulgação do IFMG nas redes sociais, em conjunto



com o atrativo de se ter um curso de aperfeiçoamento profissional totalmente a distância, pode-se tentar explicar os resultados aqui encontrados.

Observando-se as respostas acerca da renda mensal dos estudantes, notou-se que 51% apresentam renda entre 1 e 3 salários mínimos; 30,8% estão desempregados; 9,3% de 4 a 6 salários mínimos; 7,4% menor que 1 salário mínimo e 1,6% de 6 a 10 salários mínimos (Figura 4).



Figura 4: Renda mensal dos estudantes.

O objetivo de buscar qualificar a mão de obra para reinserção no mercado de trabalho, um dos principais objetivos dos cursos FIC, parece estar sendo bem cumprido, afinal quase 31% dos alunos estão desempregados, um número razoável de pessoas buscando se requalificar, em especial se comparado ao enorme contingente brasileiro de pessoas fora do mercado formal de emprego, 13 milhões de pessoas aproximadamente (IBGE, 2020c).

Merece destaque também o percentual acima de 9% de pessoas entre 4 e 6 salários realizando o curso, evidenciando que a temática parece atrair não só pessoas em busca de novas oportunidades de trabalho, mas também de qualificação.

Prova disso é a escolaridade dos respondentes. De acordo com a Figura 5, é possível notar que tivemos: 21,5% com ensino superior incompleto; 20,2% com ensino superior completo; 15,5% com ensino médio completo; 15% com pós-graduação; 14,7% com ensino técnico completo;

## Perfil socioeconômico dos estudantes do curso de formação inicial e continuada (FIC) em economia ambiental do Campus Ouro Preto

7,1% pós-graduando; 3% com ensino médio incompleto; 1,6% ensino técnico incompleto; e 1,4% ensino fundamental completo.

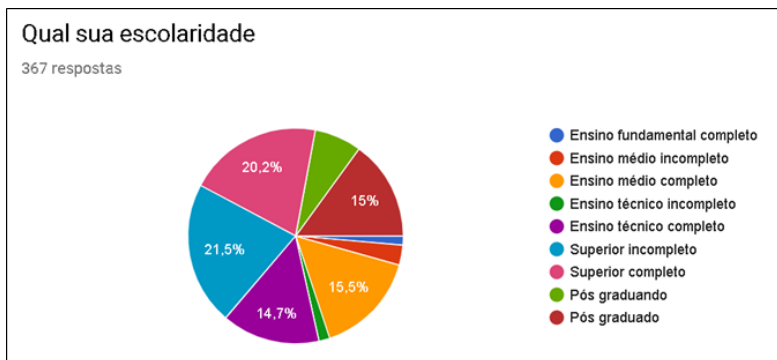


Figura 5: Escolaridade dos estudantes.

O resultado visto na Figura 5 é sem dúvida inesperado. Pensar que 42,3% dos alunos possuem ao menos curso superior faz refletir que a busca pela qualificação profissional não é uma exclusividade daqueles que possuem menor escolaridade, pelo contrário, está presente em todas as categorias, evidenciando como a necessidade de melhora do próprio currículo é algo cada vez mais necessário no já disputado mercado de trabalho.

Uma boa explicação para isso mora nos quase 30% de desempregados<sup>2</sup> presentes no país (IBGE, 2020c), uma situação que não leva em conta o grau de instrução da população, apesar, por óbvio, de ser mais presente entre os que não tiveram oportunidade de estudar.

A última pergunta foi a mais interessante de todas, pois versou sobre o interesse de atuação na área do curso por parte do estudante. Assim, tem-se: 77,4% não atuantes, mas com pretensão de atuar na área; 18,3% atuantes na área ambiental e 4,4% não atuam e não pretendem atuar.

2 .Percentual presente quando se leva em conta a população economicamente ativa.

Desde a denominada “ecologização da sociedade” (VIOLA e LEIS, 1992), que os temas ambientais estão cada vez mais na moda – prova disso é o fato de que 70,6% dos projetos, desenvolvidos por OGs e ONGs são relacionados a temáticas ambientais (MMA, 1997). Segundo Sato e Santos (2003, p. 254), nos últimos tempos os temas relacionados ao meio ambiente deram um significativo salto qualitativo, indo do “conservacionismo extremo a uma compreensão mais ampla de ambiente e natureza”.

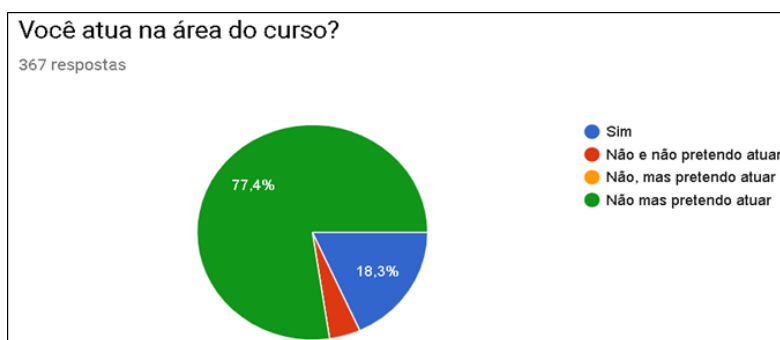


Figura 6: Se o estudante já atua na área do curso (Meio Ambiente).

Outro ponto que pode ser pensado para essa adesão ao curso é a maneira que o atual governo federal trata a questão ambiental, ou seja, enxergando-a como algo subserviente aos interesses do Capital, causando impactos negativos em suas políticas. Assim, um interesse maior em entender essa realidade que ganha destaque na mídia é outro bom argumento para que a temática seja vista com interesse por todos.

Isso demonstra como o tema esteve, está e estará em voga por ainda muito tempo, ajudando a explicar o motivo de tantas pessoas simpáticas à temática buscarem o curso FIC em questão.

Para concluir essa seção, cabe observar a importância de se entender o perfil dos estudantes do curso de Formação Inicial e Continuada de Economia Ambiental, pois é por meio das observações aqui descritas que se poderá pensar em melhorar e adaptar, futuramente, o curso para abrigar mais turmas, repetindo o sucesso da primeira turma, objeto dessa pesquisa.

## CONCLUSÕES

Pode-se concluir com este trabalho, que quantificar o perfil socioeconômico dos estudantes dos cursos FIC do IFMG é fundamental pensando em políticas educacionais futuras, ainda mais em situações como essa, na qual a ação foi pioneira (totalmente EaD).

Entender que a oferta de cursos como o aqui descrito pode contribuir para o aumento da demanda populacional por formação técnica – o que parece ser uma boa saída em momentos como o atual, em que se observa um enorme contingenciamento da verba educacional. Afinal, o montante monetário dos repasses feitos pelo Ministério da Educação dialoga diretamente com o número de estudantes de cada instituição.

Espera-se que o uso da educação a distância seja cada vez mais replicado nos demais campi do IFMG, afinal de contas os resultados encontrados em Ouro Preto são entusiasmantes, tanto do ponto de vista inclusivo, como pedagógico e social.

## REFERÊNCIAS

BOLZAN, R. F. F. A. **O conhecimento tecnológico e o paradigma educacional**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1998.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUVINEL, V. R. N., FRANCO, E. J., BEZERRA, L., ALVES, M.M., MIRANDA, A.F., CARVALHO, D. R. A formação do cirurgião-dentista generalista na Universidade Católica de Brasília. **Revista ABENO**. v.10, n.2, p.12-9, 2013.

GOLDEMBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IBGE a. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Distribuição percentual da População por Sexo - Brasil - 1980 a 2018. Disponível em:

<<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/distribuicao-da-populacao-por-sexo.html>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

IBGE b. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil em 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

IBGE c. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil em 2018. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/trabalho>>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Escolas públicas se destacam pela qualidade no ensino. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

LASCHUK, T. **Design Têxtil: da estrutura à superfície**. Porto Alegre: Editora Uniritter, 2009.

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em:

Perfil socioeconômico dos estudantes do curso de formação inicial e continuada (FIC) em economia ambiental do Campus Ouro Preto

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111741.htm)>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

LÜCK, E. H. Educação a distância: contrapondo crítipcas, tecendo argumentos. **Educação [online]**, Porto Alegre, v. 31, n. 3, p. 258-267, set./dez., 2008. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/4480>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Relatório do Levantamento Nacional de Projetos de Educação Ambiental, I Conferência Nacional de Educação Ambiental, Brasília, 1997.

NASCIMENTO, F.; CARNIELLI, B. L. Educação a distância no ensino superior: expansão com qualidade? **Etd – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 84-98, nov. 2007.

PARECER CNE/CEB nº 11/2012. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SETEC) e Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 18 de maio de 2020.

PORTARIA MEC nº 12/2016. Ministério da Educação. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41251-portaria-012-2016-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41251-portaria-012-2016-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 18 de maio de 2020.

PORTARIA nº 397/2002. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002. Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=0B39D1C37DB8698344DE88D500EF8E3B.proposicoesWeb2?codteor=3](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=0B39D1C37DB8698344DE88D500EF8E3B.proposicoesWeb2?codteor=3)>

[82544&filename=LegislacaoCitada+-INC+8189/2006>](#). Acesso em 22 de julho de 2021.

SANTOS, C. M. O acesso ao Ensino Superior no Brasil: a questão da elitização. In: **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. n° 19, v. 6. Rio de Janeiro: Fundação CESGRANRIO. abr/jun. 1998.

SATO, M.; SANTOS, J. E. Tendências nas pesquisas em Educação Ambiental. In: NOAL, F.; BARCELOS V. (Orgs.). **Educação Ambiental e Cidadania: cenários brasileiros**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

VIEIRA, S. **Metodologia científica para a área da saúde**. São Paulo: Sarvier, 1984. p. 77-82.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, P. F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 1992. pp. 73-102. 14.